

**2 – METAMORFOSE DA RIQUEZA; SÃO PAULO,
1845-1895
ZÉLIA MARIA CARDOSO DE MELLO
SÃO PAULO, HUNITEC/PREFEITURA DO MUNICÍPIO
DE SÃO PAULO, 1985, 188p.**

Já há muito tempo os intelectuais brasileiros – sociólogos, economistas, historiadores – vêm procurando mostrar os condicionantes da formação do processo histórico-social do País com independência de modelos pré-concebidos. A existência de um padrão “clássico” de formação do capitalismo, sempre baseado na história européia, como a França para o processo político e a Inglaterra para a economia, há muito vem sendo alvo de críticas pelos estudiosos da formação econômica e política da sociedade brasileira.

A libertação dos mitos, não obstante, faz-se vagarosamente e através de luta quase sempre árdua; os caminhos nem sempre são claros e é necessário que não se ergam novos mitos quando se pensa derrubar outros tantos já existentes. É através de estudos históricos empíricos elaborados com bastante precaução e cuidado que podemos evitar este risco. O livro de Zélia M. Cardoso de Mello, fruto de sua tese de doutoramento na Universidade de São Paulo, é o mais recente exemplo de trabalho bem sucedido neste campo.

Procurando mostrar as transformações na composição e na forma da riqueza em São Paulo de 1845 a 1895, a autora manuseou grande quantidade de fontes e documentos, principalmente inventários, seguindo a tradição de Alcântara Machado, que havia

demonstrado a "pobreza" paulista no século XVII, e de Alice Canabrava, que estudara através de semelhantes fontes o final do século XVIII também na mesma região. O trabalho de Zélia, entretanto, começa exatamente aí. Seu primeiro capítulo, "Da Pobreza Colonial à Riqueza Escravista", já traz à tona sua concepção de que a mudança nas formas de riqueza manifesta, mais imediatamente, alterações estruturais na organização econômica da sociedade. Assim, ao estudar a metamorfose da riqueza através dos inventários, estava-se na verdade investigando as origens do capitalismo no Brasil. Nas palavras da autora, a mudança da forma da riqueza de "cativa" (objeto do capítulo III) a "liberta" (objeto do capítulo IV).

Em assim procedendo, o trabalho não só fornece farto material para estudar a composição da riqueza em si em momento crucial da gestação do capitalismo brasileiro — se isto, enquanto tal, já não fosse meritório —, mas demonstra a complexidade deste processo histórico ao incidir diretamente no âmbito das classes sociais, ou seja, na diversificação de interesse dentro das classes proprietárias: comerciais, agrárias, industriais e financeiras. Ao demonstrar como a riqueza dos cafeicultores foi se diversificando ao longo do tempo, capaz de tornar um mesmo personagem em proprietário de escravos, introdutor do trabalho assalariado e com interesses "urbanos", comerciais, industriais ou financeiros, o trabalho vem dar contribuição decisiva para rejeitar a tese tradicional de que a mudança de modos de produção implica necessariamente luta política entre dois segmentos de classe dominante de caráter antagônico. Ajuda a demonstrar, além disso, que foi o "capital que libertou os escravos" — tese aceita em parte da literatura mas que ainda não havia passado por pesquisas empíricas suficientes para sua afirmação. Ajuda a evidenciar que não apenas o café foi o sustentáculo inicial da indústria brasileira, mas como dentro do próprio escravismo, após já constituído o Estado Nacional, geraram-se condições para superação do trabalho escravo e como estas se manifestaram em novas formas de riqueza. Se quisermos pensar do ponto de vista sociológico, a obra fornece ainda elementos para corroborar a visão de Florestan Fernandes, em "A Revolução Burguesa no Brasil", segundo a qual esta se deu através de composições e de acomodação entre os setores dominantes, e não através de conflitos entre eles que permitissem a aliança de alguma(s) de suas frações com os setores dominados. Neste aspecto, aliás, a tese de Zélia leva a de Florestan às últimas conseqüências, pois faz re-

cair, neste momento histórico específico, nos próprios homens possuidores da "riqueza cativa" a posse gradual da "riqueza liberata", mediante diversificação.

Constatando ainda a importante presença de ações na composição da riqueza de parte da população, o trabalho lança luz às formas de financiamento de novos empreendimentos, pois detecta a existência de indivíduos com grande capacidade financeira na economia. Assim, a despeito da possível falta de liquidez e do sistema de crédito ainda porcamente desenvolvido, havia circuitos monetários alternativos para se antepor à obstrução das fontes de financiamento.

O estudo da metamorfose da riqueza é portanto o estudo do aparecimento e do fortalecimento de um sistema de produção e de uma classe social: *"À medida que o capital se libertou do escravo, defrontou-se com uma ampla variedade de alternativas que produziu um capitalista, desde logo comprometido com a concentração do capital e que já surge como classe que personifica interesses diversos, comerciais, financeiros e agrários"*.

Estas, entre outras razões, fazem com que o trabalho de Zélia M. Cardoso de Mello seja leitura obrigatória para os estudiosos da história econômica brasileira e, em especial, para aqueles preocupados em libertar-se dos mitos que se formaram ao longo do estudo da formação do capitalismo no Brasil.

Pedro Cezar Dutra Fonseca

(Professor do Curso de Pós-Graduação em Economia da UFRGS)